

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Irrealismo, teimosia e irresponsabilidade

Poucos dias volvidos sobre a (insólita) apresentação do Orçamento de Estado para 2009, rapidamente se esfumaram as expectativas de que finalmente iríamos ter um Orçamento prudente e avisado para combater a crise. Desde logo pela fantasia do cenário macroeconómico que lhe subjaz, com um crescimento económico previsto para 2009 (0,6%) muito acima da média europeia e da estimativa do próprio FMI (0,2%), com um défice esperado de 2,2% em que ninguém acredita face à espiral de despesa em ano de eleições e com uma quimérica taxa de desemprego de 7.6% absolutamente improvável em ano de estagnação ou mesmo de recessão à escala global. Ora isto é irrealismo puro.

Mas o que mais surpreende é que o governo, fazendo orelhas moucas a apelos insistentes de vozes autorizadas vindas do interior do PS, insista em manter no horizonte de 2009 obras públicas quer a análise do “custo – benefício” que está aqui em equação. O que está em causa é a alteração superveniente das circunstâncias que tornam insustentável, mais oneroso ou mesmo desaconselhável o endividamento do Estado nesses projectos. Chama-se a isto teimosia.

E por fim, qual cereja em cima do bolo, como se não nos bastassem os desmandos anteriores, eis que o primeiro-ministro num gesto de bom samaritano e quiçá a pensar nas eleições de 2009, resolve de uma assentada aumentar o salário mínimo para 450 euros. Não que os trabalhadores não mereçam. Não, nada disso. O país e as empresas é que não comportam tal aumento num cenário divisível de dificuldades e de agravamento da situação a nível internacional. E em que assegurar a competitividade da nossa economia deveria ser a prioridade. Numa só palavra isto é irresponsabilidade.

A política cega de Obras Públicas, pode “sacrificar o país de uma forma verdadeiramente irreversível”



Destaques:

• A Presidente do PSD no Porto e em Viana

Em “Actividades da Presidência”, pag. 2 e seguintes

• Sem um sistema de justiça célere e eficaz não vale a pena pensar num desenvolvimento económico muito elevado, nem atrair investimento estrangeiro desejado”

Em “Actividades da Presidência”, leia no interior.

• «Proposta do PSD para o OE 2008 custa “bem menos” que o estimado pelo Governo» – António Borges

Em “Actividades da Presidência”

• Paulo Rangel: «Governo atrai sistematicamente “areia para os olhos” dos cidadãos»

Em “Actividades do PSD”

A política cega de Obras Públicas, pode “sacrificar o país de uma forma verdadeiramente irreversível”

No Sábado, com organização dos Autarcas sociais-democratas, realizou-se em Viana do Castelo o seu Congresso, na ocasião em que falta menos de um ano para a realização das eleições que especificamente interessam a liderança das autarquias, que neste momento e por maioria absoluta, pertence a individualidades ligadas ao PSD

A afinação de estratégias para as eleições autárquicas de 2009 é um dos principais objectivos do IV Congresso Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas, que hoje se realiza em Viana do Castelo, disse o líder distrital do PSD, Eduardo Teixeira, que lembrou ser esta é a “última reunião magna” dos autarcas sociais-democratas antes das autárquicas de 2009, pelo que servirá para “partilhar experiências entre alguns dos 20 mil autarcas do PSD actualmente em funções e afinar estratégias para o importante combate eleitoral que se aproxima”.

Participaram também, além da Presidente do PSD, e entre outros, o presidente dos Autarcas Sociais-Democratas, Manuel Frexes, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, e o presidente da Associação Nacional de Municípios e da Câmara de Viseu, Fernando Ruas.

Alguns pontos salientes da intervenção da Presidente

Como acima mencionamos, esteve presente a líder social-democrata, Manuela Ferreira Leite, que produziu afirmações definidoras de política nacional, tal como é vista pelo nosso Partido, incluindo a de que o PSD é contra qualquer obra pública que obrigue ao recurso ao crédito, por causa do endividamento externo já existente,



cujo volume nunca atingido antes, é “altamente preocupante” para Portugal.

“Não somos contra as obras públicas, desde que não precisemos de ir buscar dinheiro a crédito. Estamos de tal forma endividados que isso seria afundar o país”, referiu, reiterando que o nível de endividamento externo do país é “uma situação gravíssima”.

Manuela Ferreira Leite respondia assim à entrevista do primeiro-ministro à TSF e ao Diário de Notícias, em que José Sócrates defendeu que, no actual contexto da crise financeira mundial,

“há mais razões económicas” para que todas as obras públicas de modernização das infra-estruturas “se façam”, uma vez que “não servirão apenas para melhorar a competitividade do país”.

“No curto prazo, [os investimentos nas obras públicas] servirão para garantir que mais gente tenha emprego e que as empresas tenham condições para se afirmar na economia”, tinha sublinhado o PM.

Para a líder do PSD, esta política “é capaz de ter algum benefício no próximo ano”, nos actos eleitorais, mas pode “sacrificar o país de uma forma verdadeiramente irreversível”.

“Não há nenhuma proposta do PS que não signifique endividar mais o país”, sublinhou.

Manuela Ferreira Leite defendeu mesmo que o Governo tem feito “rigorosamente tudo ao contrário” para aumentar a competitividade do País.

“Estamos a cair, a cair, a cair, e o PS mantém a mesma política”, referiu, lembrando que nos últimos quatro anos o país desceu 18 lugares no ranking dos países em termos de competitividade.

A líder do PSD voltou ainda a acusar o Governo de inventar fantasias e de actuar de acordo com essas mesmas fantasias, afundando cada vez

mais o país.

“O que o PSD mais repudia é que se enganem os portugueses”, disse.

No Porto, em reunião com Órgãos Distritais

Já no dia 22, a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, se tinha deslocado ao Porto tendo reunido ao final da tarde com os Órgãos Distritais e autarcas desta região.

Neste encontro, Manuela Ferreira Leite salientou que todas as grandes questões actualmente em debate no País foram introduzidas pelo PSD, desde as grandes obras públicas ao apoio às PME's.

Apelou, por outro lado, a que tanto a nível nacional como distrital se faça um sério balanço dos resultados dos últimos três anos de governação socialista, resultados esses que se revelam negativos em todos os indicadores, como já havia referido na Conferência de Imprensa dada a respeito do Orçamento de Estado para 2009.

A conclusão a retirar, uma vez que o PS pretende manter o rumo das políticas efectuadas até à data, é que o País precisa urgentemente de uma nova liderança, sendo o PSD a única





alternativa credível de Governo, com propostas sérias e distintas das socialistas.

Durante a reunião, manifestou-se ainda “bastante espantada” por o ministro Teixeira dos Santos ter dito que as propostas apresentadas pelo PSD para o Orçamento de Estado colocariam novamente o défice nos três por cento.

“Fico bastante espantada quando o ministro das Finanças explicita que as nossas medidas têm encargos de 1.400 milhões de euros, um número muito elevado. Não se compreende que as nossas propostas, que apenas se destinam às pequenas e médias empresas, possam constituir um agravamento do défice orçamental para os três por cento”, disse Manuela Ferreira Leite.

[A Presidente do PSD, noutra ocasião, já tinha dito que o custo real seria aproximadamente o mesmo que o da construção de 8 a 10 km. de auto-

Respondendo às críticas de Teixeira dos Santos, a presidente do PSD considerou que, apesar de não acreditar nelas, “mas se isso é verdade, então quer dizer que o défice é o que é às custas das pequenas e médias empresas”.

As duas principais propostas do PSD nesta matéria, segundo recordou a líder social-democrata, foram a de redução em um por cento da taxa social única paga pelas empresas - que admitiu custar 370 milhões por cada ponto percentual - e o alargamento temporário do subsídio de desemprego. Ferreira Leite defendeu ainda o fim do pagamento especial por conta pelas empresas, recordando ter sido ela própria a impor isso **mas apenas** como instrumento de controlo fiscal e como o próprio Governo se considera extremamente eficaz nesse controlo, o pagamento por conta deixou de fazer sentido.

“É por atrasar pagamentos e antecipar recebimentos, as duas coisas piores que se pode fazer às pequenas e médias empresas, que isto está como está”, considerou, acrescentando que “se assim é, não há hipótese desta política continuar, sem resultar na estagnação da economia”.

A líder social-democrata recordou que desde os anos 90 Portugal tem vindo a perder competitividade, e considerou, porém, que Portugal tem todas as condições para crescer como qualquer outro país.

E apesar de salientar que de facto a crise financeira começou nos Estados Unidos e que não está a atribuir culpas “a ninguém de dentro”, deixou claro que ela veio tornar “indisfarçáveis” os problemas internos que vinham a acumular-se.

“Há meses que alertávamos para o endividamento do País. Agora os seus sinais são indisfarçáveis”, disse.

A líder terminou este encontro respondendo a algumas questões relativas à Lei Eleitoral Autárquica, ao estado da Educação e à comunicação interna e externa do Partido. - *Fonte: Gab. Imp. CPD/Porto*



Com o Conselho Consultivo e de Opinião da Secção do Porto

Após o seu encontro com a Distrital, a líder do PSD esteve presente no Conselho Consultivo e de Opinião da Secção do Porto do PSD.

Este Conselho é um Órgão que criou em 1999. A intenção da Comissão Política de Secção ao criar este Órgão foi o de criar um espaço de reflexão e debate sobre as questões e os desafios que se colocam ao Porto, à sua Região e ao País.

O objectivo foi também o de trazer à participação partidária os Militantes mais qualificados do Partido e diversos Independentes.

O Conselho Consultivo e de Opinião é presidido pelo Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD do Porto, Sérgio Vieira e Coordenado por Francisco Ramos.

Deste Órgão fazem parte: Adriana Aguiar Branco, Agostinho Branquinho, Alberto Lima, Amândio de Azevedo, Cândida Oliveira, Carlos Mota Cardoso, Faria de Almeida, Couto dos Santos, Fontes de Carvalho, Francisco Carrapatoso, Francisco Espinhaço, Gonçalo Bandeira, Jaime Quesado, João Falcão e Cunha, João Grancho, Jorge Costa, José Pedro Aguiar Branco, Luís Miguel Novaes, Margarida Pina, Maria José Lagoa, Mário Jorge Rebelo, Nassaete Miranda, Nuno Nata, Paulo Azevedo, Paulo Cutileiro, Paulo Mendo, Paulo Rangel, Pedro Duarte, Pedro Marinho Falcão, Pedro Salvador, Pinho Costa, Rui Pedro Oliveira, Sérgio Martins e Valente de Oliveira.

Assim, foi este Conselho que no dia 22 reuniu com a presença da Senhora Presidente do PSD, que fez uma exposição sobre a situação económica do País e o Orçamento de Estado para 2009.

A intervenção da Dra. Manuela

Ferreira Leite foi aberta à Comunicação Social, tendo depois em reunião à porta fechada, como é habitual, procedido a uma reflexão e debate sobre a intervenção política do PSD em geral e da Presidente como líder. - *Sérgio Vieira (Presidente da CPS/Porto)*

José Sócrates “roça o nível da irresponsabilidade”, afirma a Presidente

Manuela Ferreira Leite, considerou hoje que a declaração do primeiro-ministro, José Sócrates, confirmando a subida do salário mínimo nacional (SMN) para 450 euros este ano “roça o nível da irresponsabilidade”.

O Governo assinou em 2006 um acordo tripartido sobre a evolução do SMN, segundo o qual este subiria para os 450 euros em 2009 e para os 500 euros em 2011.

O primeiro-ministro, José Sócrates, confirmou essa subida para 450 euros, em entrevista ao Diário de Notícias e à TSF divulgada este fim-de-semana.

Num almoço promovido pela Associação Comercial de Lisboa, o advogado e ex-militante social-democrata José Miguel Júdice perguntou à presidente do PSD se “tem opinião” sobre a subida do SMN.

“Compreenderei se não a tiver, mas, se a tiver, acho que é uma boa ocasião para dar a sua opinião”, desafiou o ex-mandatário da campanha do socialista António Costa para a Câmara de Lisboa.

“Eu se estivesse no lugar do primeiro-ministro não teria feito esse anúncio desde já, não quer dizer que não o tentasse executar, mas não o faria em anúncio com um ano de antecedência”, respondeu Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD argumentou que a incerteza sobre qual vai ser “a situação económico-financeira do

próximo ano” exige prudência.

“Qualquer afirmação acerca disto – para além do princípio, que subscrevo – não quereria chamar irresponsável, mas roça muito o nível da irresponsabilidade”, considerou.

Manuela Ferreira Leite ressaltou que “não há ninguém que defenda que os salários, especialmente os de nível mais baixos, não devam aumentar”.

Referindo que o valor do SMN confirmado por Sócrates “faz parte de um acordo de concertação social que o Governo fez com os parceiros sociais”, a presidente do PSD defendeu que “esse acordo foi feito com determinadas perspectivas que neste momento não se verificam”.

“A minha reacção preferiria tê-la daqui a um ano do que tê-la hoje por antecipação”, disse. “É que eu não gosto de falar sobre assuntos que não conheço e muito menos gosto de falar sobre assuntos cuja possibilidade de conhecimento não é viável”, justificou.

Insistindo na incerteza quanto à situação económica dentro de um ano, Ferreira Leite sustentou que “tudo o que seja dar sinais às pessoas de que o próximo ano vai ser um ano muito bom é obviamente enganar as pessoas”.

“Vamos querer salvaguardar o emprego ou o nível de vida? A preservação do emprego pode em determinados momentos da situação económica ser bem mais importante do que mais alguns euros no final do mês”, apontou.

A presidente do PSD defendeu hoje que “não é possível reduzir a carga fiscal sobre as empresas enquanto não se reduzir a despesa do Estado” e que para isso o Estado tem de reduzir os sectores em que está presente.

Segundo Manuela Ferreira Leite, o Estado deve manter-se nos sectores da “defesa, segurança interna, negócios estrangeiros, justiça” e “de qualquer outro sector é preciso é que o Estado



saia, abrindo espaço para que a carga fiscal se reduza”.

A presidente do PSD falava no final de um almoço promovido pela Associação Comercial de Lisboa/Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, dedicado às questões económicas e orçamentais.

Na fase de resposta a perguntas da assistência, Manuela Ferreira Leite considerou que a questão fiscal não é “fundamental” no que respeita ao apoio

que a política de desenvolvimento passa por investimento público”.

“Não passa [por investimento público]”, contrapôs.

Manuela Ferreira Leite argumentou que “para que esse investimento público conduzisse ao crescimento do país era necessário que melhorasse a competitividade do país” e que isso não acontece com muitas das obras públicas, como as novas ligações rodoviárias entre Lisboa e o Porto.

de curto prazo, terão efeitos no máximo em 2010, e dirigem-se a empresas que têm lucros”.

A presidente do PSD apontou outra crítica à proposta do Governo: “Li todo o orçamento, não vejo lá uma medida de incentivo à poupança”. – *Fonte: Lusa*

Proposta do PSD para o OE 2008 custa “bem menos” que o estimado pelo Governo



do Estado às pequenas e médias empresas (PME): “Acho a questão da justiça muito mais importante, a desburocratização mais importante e algumas questões da lei laboral mais importantes”.

“Eu poria seguramente à cabeça o sistema de justiça. Sem um sistema de justiça célere e eficaz não vale a pena pensarmos num desenvolvimento económico muito elevado, não vale a pena pensarmos que atraímos o investimento estrangeiro desejado”, defendeu. “A desburocratização é absolutamente essencial. Não considero fundamental a questão fiscal”, acrescentou.

Já no final, Manuela Ferreira Leite fez um discurso sobre política económica e orçamental.

“O que seria da nossa economia se o Estado pagasse às pequenas e médias empresas as dívidas que tem para com elas? Daria com certeza uma animação enorme à nossa actividade económica”, declarou a presidente do PSD.

Manuela Ferreira Leite ressaltou que “não é fácil de um momento para o outro o Estado pagar as dívidas que tem”, mas acrescentou que é possível pagar pelo menos parte dessa dívida.

“Muitos dos investimentos públicos – não são todos, mas alguns, que têm produtividade nula, senão negativa – bem podiam ser substituídos por encargos a pagar às empresas”, defendeu.

A presidente do PSD contestou que a ideia de que “o investimento público é um instrumento de desenvolvimento,

Segundo a presidente do PSD, uma auto-estrada ou uma ponte “podem melhorar de alguma forma a competitividade do país se decorre dessa obra alguma melhoria em termos de actividade económica” e isso aconteceu, por exemplo, com a primeira auto-estrada entre Lisboa e o Porto.

“Neste momento já estamos a construir a segunda e estamos a projectar a terceira: Isto melhora competitividade? Zero. Ainda por cima não temos meios de riqueza suficientes para o poder fazer e vamos endividar-nos mais, numa situação em que o crédito é escasso”, criticou.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, “o modelo de desenvolvimento baseado em investimento público, consumo público e privado está esgotado” e por isso “todos os indicadores entre 2004 e 2009 evoluíram no sentido negativo – apenas o défice orçamental evoluiu no sentido positivo, mas à custa do peso da receita, portanto, dos impostos”.

A presidente do PSD sustentou que enquanto esse modelo não for trocado por um modelo de “investimento privado – seja ele interno, seja externo – e de aposta nas exportações” Portugal “não vai crescer” por falta de competitividade.

No curto prazo, são precisas medidas de apoio directo às pequenas e médias empresas, defendeu Ferreira Leite, dizendo discordar das que o Governo incluiu na proposta de Orçamento do Estado para 2009 “pela simples razão de que não têm efeitos

As propostas que o PSD prometeu apresentar para o Orçamento do Estado para 2009 custariam aos portugueses bem menos do que os 1.400 milhões de euros estimados pelo Governo, disse à Lusa o vice-presidente social-democrata António Borges.

Na semana passada, no primeiro dia do debate parlamentar sobre a proposta do OE 2009, o ministro das Finanças acusou o PSD de não ter feito contas sobre o impacto orçamental das suas propostas, dizendo que elas aumentariam o défice público para os 3,0 por cento do Produto Interno Bruto, pois representam um acréscimo de despesa de 1.400 milhões de euros.

O custo dessas medidas é “uma pequeníssima fracção disso [dos 1.400 milhões de euros] e depende da forma como forem postas em prática”, contrapôs hoje António Borges, à margem do debate sobre o OE 2009 organizado pelo Fórum para a Competitividade.

Escusando-se a avançar com uma previsão dos custos do pacote dos sociais-democratas, António Borges criticou as contas feitas pelo ministro das Finanças.

“Tenho a maior das penas que o debate orçamental não seja feito com seriedade e que se atirem números para cima da mesa que não têm sentido nenhum nem fundamentação”, acusou.

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, anunciou, depois da divulgação do OE 2009, que o partido iria propor a redução em um por cento da taxa

social única para as empresas, o alargamento do período de atribuição do subsídio de desemprego, a reposição do regime anterior de certificados de aforro e a alteração do regime de pagamento do IVA (em que as empresas passariam a pagar o IVA só no momento efectivo em que recebiam o dinheiro do cliente e não aquando da emissão da factura).

O PSD sugeriu ainda um sistema de compensações de crédito, a facilitação de operações de ‘factoring’ com garantia entre o Estado e a banca e o fim do pagamento especial por conta.

António Borges disse ainda que a alteração do regime dos certificados de aforro, decidida pelo Governo no início do ano, se “traduziu por um financiamento mais caro para Estado” já que este “teve que ir buscar ao estrangeiro aquilo que de outra forma ia buscar aos aforradores nacionais”.

Iniciativas no âmbito dos cuidados paliativos

O PSD anunciou que levará a cabo algumas iniciativas de índole informativo no âmbito dos cuidados paliativos, mas reservou para “momento oportuno” o teor das mesmas.

O anúncio foi feito na manhã do dia 21, pela vice-presidente do PSD, Sofia Galvão, no final de uma reunião com a Associação dos Cuidados Paliativos, presidida por Manuela Ferreira Leite.

De acordo com um estudo divulgado a 10 de Outubro, quase metade dos portugueses (47 por cento) afirma desconhecer o que são cuidados paliativos, para minimizar os efeitos de doenças prolongadas e incuráveis, e os que dizem saber referem-se a conceitos errados, revela um estudo divulgado hoje.

Este revela igualmente que dos 38 por cento que afirmam saber (15 por cento revelaram ter “uma ideia”), a grande maioria referiu-se a conceitos que não correspondem à verdade, como “pessoas internadas em cuidados intensivos”, “cuidados a idosos” ou “cuidados a pessoas acamadas”.

Os cuidados paliativos definem-se como uma resposta activa aos problemas decorrentes da doença prolongada, incurável e progressiva, na tentativa de prevenir o sofrimento que ela gera e de proporcionar a máxima qualidade de vida possível a estes doentes e às suas famílias.

Mais de metade dos inquiridos (52 por cento) pensa que existem cuidados paliativos em um ou dois hospitais públicos e 61 por cento acha que deveriam existir cuidados paliativos em todos os hospitais públicos.

O estudo foi realizado através de 606 entrevista telefónicas a pessoas com mais de 18 anos residentes em Portugal Continental. O processo de amostragem utilizado foi por quotas segundo sexo, idade e região do entrevistado definidas com base no perfil da População.

O Dia Mundial dos Cuidados Paliativos assinalou-se sábado último. – *Fonte Gab. Imp. PSD*

O Governo quer mudar a Lei do financiamento dos partidos, através do “lançamento de areia para os olhos do Parlamento” no Orçamento de Estado

No dia 23, o líder parlamentar do PSD acusou o Governo de atirar “areia para os olhos” dos cidadãos ao dizer que as mudanças ao regime dos donativos aos partidos na proposta do OE para 2009 foram “um lapso”.

“O Governo quer corrigir um erro com outro erro. O Governo apresentou uma proposta do OE com alterações de substância à lei do financiamento dos partidos e agora diz que é um mero lapso e faz um pedido de rectificação”, criticou Paulo Rangel, em declarações à Agência Lusa.

O líder parlamentar social-democrata defendeu que a proposta do OE para 2009 “não é susceptível de uma rectificação porque não houve lapso” e exigiu ao Governo que “assuma que quis mudar a lei do financiamento dos partidos”.

“A proposta do OE para 2009 só pode ser objecto de uma verdadeira proposta de alteração se o grupo parlamentar do PS ou qualquer outro o fizer na discussão do OE na especialidade. Se o PS não o fizer, nós iremos apresentar”, afirmou Paulo Rangel.

O Governo enviou para o Parlamento uma rectificação à proposta de Orçamento do Estado para 2009 respeitante à alteração da lei do financiamento dos partidos, repondo a actual redacção do artigo sobre os donativos singulares.

O artigo 7º da lei do financiamento dos partidos actualmente em vigor estabelece que os donativos singulares “estão sujeitos ao limite anual de 25 salários mínimos mensais nacionais por doador e são obrigatoriamente titulados por cheque ou transferência bancária”.

O Governo retirava as expressões “por doador” e “obrigatoriamente titulados por cheque ou transferência bancária”, que são repostas na rectificação entregue no Parlamento, que tem a data de quarta-feira.

O Governo repõe igualmente o número 4 do artigo 7º da lei do financiamento dos partidos políticos, que tinha desaparecido na proposta do OE para 2009. A norma em causa prevê que se consideram donativos “as aquisições de bens a partidos políticos por montante manifestamente superior ao respectivo valor de mercado”.

Sobre este artigo, na carta que enviou ao gabinete do ministro dos Assuntos Parlamentares, o chefe de gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Francisco André, refere que se tratou de um “lapso material” a ausência ao número 4 na proposta do OE para 2009.

Para o líder parlamentar do PSD, “não há qualquer lapso e o que o Governo pretender é atirar areia para os olhos dos cidadãos”.

Paulo Rangel salientou no entanto que o PSD “saúda o recuo do Governo na intenção de mudar a substância da lei do financiamento dos partidos” através do Orçamento do Estado.

“Alterações técnicas como a substituição do Salário Mínimo Nacional pelo Indexante de Apoios Sociais nós admitimos mas matéria de substância não”, disse.

Segundo a carta, enviada ao gabinete do ministro dos Assuntos Parlamentares a pedido do ministério das Finanças, a rectificação pedida pelo Governo é feita para alterar o artigo 7º “deixando-se claro que os donativos de natureza pecuniária feitos por pessoas singulares identificadas são obrigatoriamente titulados por cheque ou transferência bancária, o que sempre se pretendeu”.

De acordo com a carta, a intenção do Governo de manter essa obrigação é comprovada com o facto de este ter mantido o artigo 3º da lei do financiamento.

Segundo esse artigo, as receitas dos partidos “são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem e depositadas em contas bancárias exclusivamente



destinadas a esse efeito” comprova essa intenção do Governo.

Já no dia anterior, Paulo Rangel tinha afirmado que o Ministro não tinha dito a verdade sobre a alteração à lei do financiamento dos partidos ao dizer que esta se mantém como está.

“Ora, que o ministro está a dizer uma coisa que não é verdade, está”, acusou o líder parlamentar do PSD.

“Não pode vir dizer que só substitui salários mínimos mensais pelo indexante dos apoios sociais (IAS). O que está no orçamento vai muito para além disso”, defendeu Paulo Rangel.

De acordo com Paulo Rangel, o Governo incluiu na proposta de Orçamento do Estado para 2009 uma alteração à lei do financiamento dos

partidos que “permite o depósito em dinheiro de donativos singulares”, actualmente proibido, e “acaba com o limite máximo por doador”.

“Espero que o Governo recue, que pelo menos mantenha a lei como está”, disse Paulo Rangel.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o ministro das Finanças negou que a alteração à lei do financiamento feita no Orçamento para 2009 permita donativos em dinheiro aos partidos, dizendo que isso “não é permitido, mantém-se tal conforme estava no regime anterior”.

“A única mudança é que as subvenções dos partidos em vez de serem calculadas com base no salário mínimo passam a ser calculadas com base no IAS. É isso que se pretende, tão só, com estas mudanças”, acrescentou Teixeira dos Santos.

Mas Paulo Rangel afirmou que, entre outras mudanças substanciais, “deixa de haver um limite por doador ou isso não fica claro e deixa de se dizer que os donativos singulares são titulados por cheque ou transferência bancária. A partir de agora porém, os donativos em dinheiro vivo são admissíveis, permitem-se os depósitos em dinheiro, que são movimentos de contas”, defendeu Paulo Rangel.

“Isto não é um lapso. Se fizeram uma versão nova do artigo 7º é porque queriam fazer ali alguma mudança. Podem é agora vir dizer que querem voltar atrás”, argumentou.

O líder parlamentar do PSD considerou “incrível que a lei do financiamento dos partidos seja alterada pelo Orçamento do Estado”, dizendo que “é uma coisa anómala” e que esta é uma lei que compete ao Parlamento alterar, caso entenda que deve ser mudada.

“Espero que o Governo recue, que pelo menos mantenha a lei como está, mesmo substituindo o salário mínimo pelo IAS”, rematou Paulo Rangel, ressaltando que o PSD não está contra essa substituição de valores, “feita com o instrumento próprio, na altura própria”. – Fontes: Lusa e Gab. Imp. P/PSD

Intervenção do Dep. José Manuel Ribeiro na Comissão de Orçº. e Finanças, sobre o Orçamento do Estado para 2009

Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhores Secretários de Estado,
Há uma máxima na economia que diz que “pode conseguir-se enganar algumas pessoas durante todo o tempo; pode conseguir-se enganar toda a gente durante algum tempo; mas não se consegue enganar toda a gente durante todo o tempo...”.

Esta máxima assenta que nem uma luva a este Orçamento do Estado e a este Governo. Vejamos porquê...

O Senhor Ministro das Finanças na apresentação do Orçamento do Estado para 2009, classificou-o de realista, prudente e rigoroso.

Nada mais enganador. Na verdade, este Orçamento tem pouco de realismo,



pouco de prudência e quanto ao rigor, esse, nem vê-lo!...

Desde logo, no que se refere ao crescimento económico. O Governo prevê um crescimento de 0,6% para a nossa economia, enquanto na Alemanha se prevê um crescimento zero, em França 0,2%, em Itália e Espanha -0,2% e na Irlanda -0,6%.

Mais, a previsão para a Zona Euro situa-se nos 0,2%, ou seja, três vezes menos do que o Governo prevê para Portugal, o que não deixa de ser surpreendente, pela ilusão que se pretende criar, porque, historicamente, o nosso país nunca teve este comportamento face à Zona Euro... Como quer agora o Governo que nestas condições, isto aconteça?!...

Não bastando, é o próprio Governo que rejeita as previsões do FMI para a economia portuguesa, mas é o mesmo Governo que as utiliza quando já lhe dá jeito, ou seja, quando pretende fazer comparações com outros países europeus ou com a Zona Euro.

Bem pode o Governo afirmar que a sua previsão pretende transmitir confiança às empresas e às famílias.

É um argumento que consideramos, no mínimo, lamentável.

É com esta manifesta ausência de rigor que se transmite confiança? É a falta à verdade que se transmite confiança? É a vender ilusões que se transmite confiança?

Não Senhor Ministro!...

Só se transmite confiança falando verdade, trazendo as pessoas à realidade, preparando-as para o que aí vem, e apresentando não números irreais, mas antes medidas concretas e eficazes para resolver os seus problemas. E é nisto que o Governo falha...

Será que o Governo não compreende que o pior que se pode fazer é criar expectativas, falsas expectativas aos portugueses, que se desfazem quando se começa a sentir na pele a dura realidade?

No que se refere ao desemprego, o Governo prevê uma taxa igual à de 2008 – ou seja, 7,6% - num cenário de forte abrandamento da economia, parecendo não compreender a realidade que está perante todos... O mesmo raciocínio aplica-se à previsão de emprego.

Seria inteligente por parte do Governo entender as palavras do Senhor Presidente da República quando diz temer um surto de desemprego.

No investimento, apesar da conhecida situação financeira grave, o Orçamento aponta para um crescimento praticamente igual ao estimado para 2008 (1,7% - 1,5%).

Por outro lado, não tem adesão à realidade a estimativa da receita, nomeadamente a fiscal, que como todos sabemos deve assentar em bases cautelosas.

O melhor exemplo do que refiro é o IVA. Apesar da redução da taxa máxima ocorrida em 2008, e do mais que previsível abrandamento da actividade económica o Governo prevê para o próximo ano um crescimento da sua receita em 3,4%.

O mesmo se passa no que se refere ao ISP. Para o presente ano a estimativa do Governo para a receita de ISP consagra uma redução de 7,2% face ao inicialmente orçamentado. Todavia, o Governo, não querendo compreender este fenómeno apresenta um crescimento orçamentado desta receita de 3,4%.

Parece evidente a intenção do Governo no que se refere à receita. Inquina a receita, exacerbando-a o suficiente para acomodar a despesa que não consegue ou não quer controlar...

É mais "gordura", para um Estado já demasiado excedentário no que se refere a despesas de funcionamento.

Outra matéria que merece a nossa análise atenta é precisamente a despesa pública.

O Governo apresenta para a despesa pública o valor de 46% do PIB, tentando passar a ideia que em 2009 se atingirá o valor mais baixo dos últimos anos, o que representaria o sucesso da sua governação, nomeadamente do PRACE.

Novamente, nada mais enganador. Tal só acontece à custa de uma alteração metodológica no registo das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

Uma alteração que merece umas (poucas) palavras no relatório do Orçamento, mas que não merece o rigor político e técnico do Governo.

Na verdade, nos vários quadros e gráficos que comparam a evolução dos vários agregados das despesas e das receitas públicas, nunca é referido a não comparabilidade dos dados...

Não estando contra esta alteração metodológica, que até nos parece lógica, não podemos deixar de transmitir o nosso desagrado pelo facto de o Governo não ter assegurado a comparabilidade dos dados antes e depois dessas alterações. Não o fazendo deveria ter assinalado devidamente tal situação sempre que se impusesse.

Infelizmente não foi assim! E isto que parece ser de somenos importância, tem toda a importância.

Ao ter procedido desta forma, o Governo, em especial o Senhor Ministro das Finanças arrisca-se a que se conclua que tentou esconder os verdadeiros números. E isto é inaceitável...

Vamos então aos verdadeiros números. Numa base comparável a despesa pública atingirá, em 2009, o valor mais alto de sempre face ao PIB, um valor historicamente negativo - 47,8%.

Isto quer dizer que a despesa pública em 2009 crescerá, face a 2008, cerca de 7%, num ano, recorde-se, em que a taxa de inflação prevista será de 2,5%.

Mais, a despesa corrente primária crescerá 5%, provando que a mãe de todas as reformas deste Governo - o PRACE - foi e é um profundo fracasso...

Outra consequência da alteração metodológica é na carga fiscal (e contributiva).

Novamente o valor que o Governo apresenta não corresponde à verdade pois não assenta numa base comparável. Nesta base, a carga fiscal (e contributiva) atinge o valor histórico de 38%, o mais alto desde sempre.

Nunca, repito nunca, a carga fiscal foi tão elevada em Portugal...

Para quem anunciou com tanta ênfase, como fez o Senhor Ministro, que este Orçamento reduz impostos e a carga fiscal fica assim também esclarecida a verdade!

A ideia que fica deste Orçamento é que ele foi construído ao contrário. O Governo definiu o valor que queria para o crescimento económico e para o défice público, e a partir daqui manobrou os números a seu bel-prazer e conveniência num exercício de total ausência seriedade e rigor técnico.

Quanto aos mega-investimentos duas críticas concretas.

1. Ausência de informações sobre os encargos futuros destes investimentos, numa falta de transparência sem paralelo;

2. Não compreender que este é mais um momento para o Governo repensar e reanalisar os grandes investimentos públicos, e criar prioridades. A este propósito várias individualidades têm defendido esta solução, até ex-ministros socialistas, como seja o Prof. Campos e Cunha e o Eng.º João Cravinho.

Mas se este Orçamento permite analisar as opções políticas do Governo para 2009, ele também é o corolário de uma política económica e orçamental que nos últimos 4 anos, contribuiu para agravar a divergência de Portugal face ao rendimento médio europeu, tornando o país mais pobre.

E para provar isto, convido o Senhor Ministro para um exercício relativamente simples. Vamos comparar a actual situação orçamental com a que se vivia em 2004 (último ano orçamental completo da responsabilidade do Governo PSD e CDS/PP).

	2004	2009
Rendimento por habitante (EU=27)	74,7	73,3
Crescimento Económico (%)	1,5%	0,6%
Desemprego (%)	6,7%	7,6%
Défice Externo (% do PIB)	6,1%	10,6% (2008)
Endividamento País [Dívida Externa] (%)	64%	100%
Despesa Pública Total (%)	46,5%	47,8%
Despesa Corrente (%)	42%	44,3%
Despesa Corrente Primária (%)	39,3%	40,9%
Dívida Pública (%)	58,3%	64%
Défice Público (%)	3,4%	2,2% (mas...)
Carga Fiscal (%)	33,8%	38%

Esta comparação mostra que os 5 anos até 2009 foram perdidos em termos de consolidação orçamental, apesar dos sacrifícios que foram pedidos aos portugueses (sobretudo a brutal e generalizada subida de impostos decidida por este Governo).

Mas os números não ficam por aqui Senhor Ministro.

Em 2009, Portugal entrará no décimo ano consecutivo de divergência face ao nível de vida médio europeu, ocupando o 21º lugar (!) no ranking da UE-27.

É este o resultado de uma política económica errada, que nunca esteve virada para a competitividade da nossa economia, como se comprova pela evolução de Portugal nos principais rankings de competitividade internacionais entre 2004 e 2008.

No ranking do Institute for Management Development, o nosso país perdeu 5 posições (32º lugar para 37º lugar).

No ranking do World Economic Forum, o resultado é ainda pior, pois Portugal

perdeu 18 lugares (25ª posição para 43ª posição).

Finalmente, o OE'2009 corporiza o falhanço das promessas eleitorais do PS e do Eng.º José Sócrates em Fevereiro de 2005: o crescimento económico previsto para 2009 é de 0,6% – mesmo assim bem acima do previsto pelo FMI (0,1%) – deixando os 3% prometidos como uma miragem; o crescimento previsto para o emprego não permitirá a criação de 150 mil novos postos de trabalho ao longo da legislatura.

Fica claro que este Orçamento fomenta a subsídio-dependência, numa miríade de medidazinhas, não apontando para a resolução de nenhum problema.

O Orçamento do Estado para 2009 deveria conter medidas efectivas para ajudar a resolver os problemas das famílias e das PME.

Foi nesse sentido, que a Presidente do PSD, Dra. Manuela Ferreira Leite, já anunciou algumas medidas que o GP/PSD apresentará, e que convém aqui reforçar:

1. Reduzir o custo do trabalho e dessa forma defender o emprego, mediante a descida em 1% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais;
2. Para fazer face à previsível dificuldade de recuperação do emprego, propomos um alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego;
3. A fim de fomentar a poupança, e reparar uma grave injustiça cometida por este Governo, propomos a reposição do regime que vigorava nos certificados de aforro;
4. Quanto às PME, vamos insistir na alteração do regime de pagamento do IVA, de modo a que este deixe de ser efectuado no momento da prestação do serviço ou da facturação, e passe a ser pago no momento do efectivo recebimento;
5. Pagamento atempado das dívidas do Estado às empresas, bem como abrir a possibilidade de o Estado negociar com a banca a realização do “factoring” com garantia;
6. Facultade das empresas que sejam credoras do Estado, realizarem no cumprimento das suas obrigações fiscais a compensação de créditos;
7. Extinção do Pagamento Especial por Conta, criado como instrumento de combate à fraude e evasão fiscal.

Estas são medidas que o PSD considera realistas e solidárias, que se impõem num momento complexo e difícil para as famílias e as empresas. É assim que se cria verdadeira confiança!

Entretanto, o Senhor Ministro já veio “protestar” contra as medidas do PSD. Compreendemos o seu desconforto! Mas também aqui o convidamos a vislumbrar o mérito das mesmas e não se enredar na teia do que é da oposição é mau.

A respeito da sua reacção a estas medidas permita que lhe diga “olhos nos olhos” que partiram de um juízo precipitado e que foram pouco racionais.

O que o Senhor Ministro acabou por dizer foi que o défice tem sido conseguido à custa das famílias e das PME portuguesas. São estes que financiam a gordura do Estado promovida por este Governo.

Por outro lado, ignorar as virtudes e as repercussões das medidas, nomeadamente o fôlego que as mesmas vêm proporcionar à economia e às famílias, é incompreensível!

Esquecer que a economia é dinâmica (e não estática como quer dar a entender) e que reage aos bons estímulos que lhe dão, também não fica bem a quem ocupa o cargo de V. Exa..

O PSD reitera aqui a sua intenção de votar, na generalidade, contra este Orçamento por entender que ele é a demonstração de um modelo de desenvolvimento esgotado e de uma política económica fracassada. - **JM Ribeiro**

Novo regime do Divórcio: Lei “Lamentável”, segundo o PSD

O PSD declarou que o novo regime do divórcio promulgado pelo Presidente da República é “uma lei lamentável”, mas considerou que Cavaco Silva tomou uma decisão sensata perante a maioria parlamentar a favor do diploma.



“O PSD compreende a posição do Presidente da República”, declarou à agência Lusa o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata António Montalvão Machado.

“Em termos formais o Presidente da República poderia vetar, mas o bom senso não aconselharia a isso depois de uma maioria na Assembleia da República insistir na mesma filosofia”, defendeu o social-democrata.

Segundo Montalvão Machado, “não fazia sentido o Presidente da República voltar a vetar a lei se a mesma maioria que a votara, apesar do veto, não a alterou”.

Cavaco Silva “não iria cometer o que até poderia ser considerado um acto inútil”, acrescentou o deputado do PSD, considerando que a aprovação da lei pelo Parlamento iria repetir-se após um segundo veto.

“Uma atitude inteligente e de bom senso nunca seria essa”, reforçou.

Montalvão Machado recordou que Cavaco Silva vetou o novo regime jurídico do divórcio “explicando minuciosamente os motivos e a lei foi novamente aprovada no Parlamento por uma maioria idêntica à anterior - PS, PCP e Bloco de Esquerda - praticamente sem ser corrigida”.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD salientou que, apesar da promulgação, Cavaco Silva expôs as suas críticas ao diploma.

“É uma lei que padece dos mesmos erros que a anterior, contrária aos conceitos de família e de casamento que o PSD tem. Revemo-nos na preocupação do Presidente da República”, disse, referindo-se ao regime hoje promulgado como “uma lei lamentável”.

Falta de apoio a deficientes numa Escola em Sátão



No passado dia 21, o grupo parlamentar do PSD questionou o Governo sobre a ausência de uma plataforma elevatória numa escola básica de Sátão, para facilitar a deslocação dos alunos com dificuldades motoras, que têm de ser transportados ao colo pelas auxiliares.

Num conjunto de perguntas enviadas à ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, o social-democrata Emídio Guerreiro acusa o

Governo de estar mais preocupado em gastar dinheiro com publicidade paga nos jornais ou a “esbanjar recursos em pomposas cerimónias públicas” do que resolver os “problemas e carências” das escolas.

“Está V. Exa disponível para suspender artigos de publicidade paga em jornais nacionais ou reduzir despesas nas próximas cerimónias públicas de cenografia fausta e dispendiosa, para poder colocar a plataforma elevatória de que as crianças com necessidades educativas especiais da Escola Básica do 2º 3º ciclos de Sátão precisam”, questiona o deputado do PSD.

Segundo Emídio Guerreiro, numa recente troca de correspondência entre a Associação de Pais e a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), esta informou que “não há, de momento, disponibilidade financeira para solucionar o problema”.

As crianças são transportadas ao colo pelas auxiliares de acção educativa para assistirem às aulas que decorrem no 1º piso do edifício.

“A insensibilidade do Governo e Ministério da Educação face aos problemas das nossas crianças e jovens é gritante. Actualmente, na escola pública portuguesa coexistem duas situações paradigmáticas: a escola que temos, onde persistem muitos problemas e carências e o constante foguetório e propaganda do Governo, que insiste em apregoar ilusões, esquecendo as pessoas”, acusa o parlamentar social-democrata.

A agência Lusa denunciou a situação na passada quinta-feira. Segundo Rui Martins, da Associação de Pais, foi proposta uma “solução de remédio”, que passava pela transferência das aulas das crianças com dificuldades motoras para o piso inferior do estabelecimento de ensino.

“Só que o conselho pedagógico disse que não era fácil fazer isto, porque teria de afectar duas salas a estes alunos. Por isso, a única solução, que já deveria estar feita, é a colocação de uma plataforma elevatória”, acrescentou na altura.

Eduardo Ferreira, do agrupamento de escolas do Sátão, admitiu à Lusa a existência dos problemas denunciados pelos pais, garantindo que, no que respeita à plataforma elevatória, já há três anos a pediu à DREC.

“A própria directora regional esteve cá e verifiquei as condições. Penso que será um problema económico, porque há ano e meio fui informado de que plataforma não teríamos, porque era bastante cara, mas que iam entregar um tractorino (mecanismo para colocar a cadeira de rodas), que, até hoje, também não veio”, lamentou. - **Fontes: Lusa, DN, TSF**



Carlos Coelho contra deriva securitária que quer obrigar passageiros a “despirem-se nos aeroportos”

O Deputado Europeu do PSD, Carlos Coelho votou a favor da Resolução do Parlamento Europeu sobre o impacto das medidas de segurança na aviação e dos scanners corporais nos direitos humanos, na vida privada, na dignidade das pessoas e na protecção dos dados. Esta resolução do Parlamento Europeu critica e rejeita assim duramente a proposta de Regulamento da Comissão Europeia.

Carlos Coelho foi um dos Deputados do PPE-DE que apoiou esta tomada de posição contrariando assim a posição oficial do PPE-DE. Para o Deputado português é “preocupante a proposta de Regulamento que, entre os métodos de rastreio de passageiros permitidos nos aeroportos da UE, prevê a utilização de scanners corporais, ou seja, de máquinas que permitem visualizar uma imagem de uma pessoa praticamente nua, ou seja despindo os passageiros.”



Segundo Carlos Coelho, esta medida, “não é meramente técnica, tem consequências importantes para o direito à privacidade, a protecção dos dados e a dignidade das pessoas.”

Na sua opinião, não existem condições para que uma “decisão seja tomada já, que o Parlamento Europeu

ainda não dispõe de toda a informação essencial”, afirmando ainda que cabe “à Comissão Europeia avaliar as repercussões da medida proposta nos direitos fundamentais, ouvir o parecer das autoridades independentes de protecção de dados e proceder à avaliação científica e médica das eventuais consequências de tais tecnologias para a saúde.”

Para Carlos Coelho é essencial “procurar outras soluções técnicas que possam permitir o mesmo tipo de análise de objectos transportados pelos passageiros sem obrigar a estes exames vexatórios”.

“Tomar qualquer decisão sem que tudo isto se faça é uma precipitação que os cidadãos europeus não compreendem e mais um passo numa escalada securitária que despreza valores essenciais das liberdades individuais e da dignidade da pessoa humana” termina Carlos Coelho.

Carlos Coelho defende no Parlamento Europeu legislação que protege crianças de conteúdos na internet



A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à criação de um Programa comunitário plurianual (2009-2013) que visa sensibilizar o público, ao mesmo tempo que deverá educar as crianças para uma utilização mais segura da Internet, nomeadamente contra o acesso a conteúdos ilícitos, contra o aliciamento e a ciberperseguição. Este Programa contou com o apoio do Eurodeputado do PSD Carlos Coelho.

Segundo Carlos Coelho, as estatísticas mais recentes do Eurobarómetro, cerca de 74% dos jovens (entre os 12 e os 15 anos), passa mais de 3 horas, por dia, na Internet. A grande maioria dessas crianças reconheceram já terem tido acesso, acidentalmente, a imagens pornográficas.

Para o Deputado português, é essencial que “adoptemos o mais rápido possível todas as medidas que se afigurem necessárias para proteger as nossas crianças dos perigos crescentes que lhe são trazidos

pelo cada vez maior número de sites contendo conteúdos prejudiciais para as crianças, nomeadamente materiais pedopornográficos. “

Na sua opinião, tem de se “travar o aumento” - cerca de 16% no último ano - que se tem vindo a registar de “casos de abuso contra crianças na Internet, agravado pela tendência preocupante para uma descida da idade das crianças envolvidas.”

Por essa razão, Carlos Coelho apoia este programa, bem como a “disponibilização de pontos de contacto e linhas telefónicas de emergência de forma a denunciar a existência deste tipo de conteúdos” e também a criação de um rótulo comum, para as páginas da Internet - “seguro para as crianças”. – **Marques Duarte**

Carlos Coelho questiona Comissão Europeia sobre eventual “harmonização global de Patentes”

Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia em carta dirigida ao Comissário Charlie McCreevy, responsável pelo Mercado Interno, sobre uma eventual harmonização global de patentes tal como aparece previsto nos resultados do último Conselho Económico Transatlântico, em que McCreevy se refere a uma “harmonização global de patentes” no seguimento de um roadmap conjunto entre a Comissão Europeia e o US Patent Office.

O Comissário Charlie McCreevy sublinhou então a necessidade de aumentar a cooperação e referiu que a atenção recai agora sobre as negociações que visam encontrar um terreno comum aos diferentes sistemas de patentes e sobre a determinação de quais os direitos comerciais que podem ser reconhecidos mutuamente.

Carlos Coelho questiona se esta alteração permitirá o reconhecimento mútuo na protecção de direitos comerciais e a possibilidade de haver um tratado bilateral entre a UE e os EUA legalizar na UE as patentes de software registadas nos EUA? Perante esta possibilidade e numa altura em que a UE aposta na inovação e desenvolvimento tecnológicos, Carlos Coelho questiona o Comissário para saber se estão a ser devidamente salvaguardados os interesses das empresas europeias, especialmente as PME's?

A terminar Carlos Coelho pergunta também a Charlie McCreevy, se estas negociações não estão a levar a um enorme desnivelamento relativamente às actuais provisões existentes no âmbito da Convenção Europeia de Patentes? - **Correspondente**



Carlos Coelho defende no Parlamento Europeu legislação que promove veículos não poluentes

O Parlamento Europeu aprovou uma directiva que visa promover a introdução no mercado de veículos não poluentes e energeticamente eficientes. Com esta legislação pretende-se contribuir para a eficiência energética nos transportes, mediante a redução do consumo de combustível para fins de protecção do clima, através da redução das emissões de CO₂, e de melhoria da qualidade do ar, através da redução das emissões poluentes.

A directiva exige que os poderes públicos, as entidades adjudicantes e alguns operadores tenham em conta os impactos energético e ambiental ao adquirirem veículos de transporte rodoviário.

Para o deputado Carlos Coelho, “o Parlamento Europeu tem de ser exemplar na aprovação de critérios de sustentabilidade nomeadamente aquando de adjudicações públicas”, a

fim de melhorar a contribuição do sector dos transportes para as políticas da UE nos domínios do ambiente, clima e energia.

A introdução, no mercado, de tecnologias com melhor desempenho é frequentemente prejudicada pelo custo inicial elevado e por uma procura insuficiente de clientes. Na opinião de Carlos Coelho, é necessária uma “acção a nível comunitário” para incentivar os investimentos para o

fabrico de veículos menos poluentes e mais eficientes em termos energéticos, até mesmo porque, “a longo prazo as despesas com este tipo de alternativas serão menores”.

Por todas estas razões o Deputado português apoia esta directiva e espera que as autoridades públicas, fabricantes e indústria se sintam encorajados para serem “exemplarmente pioneiros” numa

Carlos Coelho defende simplificação do sistema que regulamenta as alterações de medicamentos



Foi aprovada hoje pelo Plenário do Parlamento Europeu uma directiva que tem como objectivo proceder a uma revisão, simplificação e harmonização do sistema das alterações de medicamentos, em benefício da saúde humana e animal. Independentemente do procedimento seguido para autorizar a sua introdução no mercado, todos os medicamentos serão objecto dos mesmos critérios para efeitos de avaliação, aprovação e tratamento administrativo das alterações. Até à data, estas autorizações eram concedidas por procedimentos

exclusivamente nacionais em diferentes Estados-Membros.

O Deputado europeu do PSD Carlos Coelho, defensor desta medida, salienta que neste caso “colocavam-se problemas de várias ordens”. Por exemplo, do ponto de vista de saúde pública, “não parece haver justificação para que os Estados-Membros recorram a critérios científicos distintos ao avaliarem as alterações dos medicamentos” afirma Carlos Coelho. Esta situação tem repercussões negativas nomeadamente para os pacientes, uma vez que a introdução de determinadas alterações destinadas a melhorar a eficácia de um medicamento pode ser adiada ou inclusivamente não vir sequer a concretizar-se.

Segundo o Deputado português, o “novo sistema” de Autorização de Introdução no Mercado (AIM) de medicamentos alterados “trará benefícios para todos os intervenientes”: doentes, autoridades públicas e empresas farmacêuticas”.

Carlos Coelho defende claramente a necessidade de simplificação e uniformização dos processos administrativos. - **Correspondente**

Eurodeputados do PSD propõem Associação Nacional de Municípios Portugueses para Prémio Cidadão Europeu do Ano

Os Deputados europeus do PSD propuseram ao Presidente do Parlamento Europeu, Hans Gert-Pottering, a candidatura da Associação Nacional de Municípios Portugueses como candidata ao Prémio de Cidadão Europeu do Ano na categoria associações ou organizações.

Este Prémio destina-se a recompensar acções realizadas por cidadãos individuais, por grupos, associações ou organizações, que visem promover uma maior compreensão mútua e uma maior integração entre os cidadãos dos Estados-Membros e/ou através de acções de cooperação transfronteiriça dentro da UE. As acções que visem promover a cooperação dos países não-europeus são igualmente elegíveis.

Na sua apresentação, Carlos Coelho, coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, lembrou que “os Municípios portugueses, não tinham tradição de geminações” e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (presidida por Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu) encetou uma “política activa de estimular as geminações entre Municípios, sensibilizando os autarcas portugueses e procurando parceiros noutros países comunitários.”

Com essa iniciativa, “a ANMP pretendeu reforçar a ideia que a Europa se constrói através do conhecimento recíproco dos povos que a integram.”

As geminações encorajam as trocas culturais, as acções de intercâmbio e projectos de desenvolvimento e entajuda. Actualmente existem em Portugal 310 geminações envolvendo 17 Países comunitários.

Para a primeira edição do Prémio, considerar-se-á, a título excepcional, que as candidaturas apresentadas serão válidas quer para o Prémio do cidadão europeu de 2008 quer de 2009.

A escolha dos 50 homenageados para 2008 terá lugar em Novembro, e a entrega dos prémios será feita antes do fim do ano. A escolha dos homenageados para 2009 será feita na Primavera de 2009. - **Correspondente**

Uma brecha na muralha da Civilização

João César das Neves (*)

O casamento é uma coisa impossível. A simples descrição chega para o constatar. Duas pessoas unidas para toda a vida e dedicadas às mais difíceis tarefas da humanidade - educar crianças, aturar jovens, assistir a idosos - é uma clara impossibilidade. Quem tentar a experiência imediatamente confirma os enormes obstáculos que se levantam ao que inicialmente parecia um doce romance. Não existem casais sem problemas. Há os que os ultrapassam e os que não os ultrapassam. Todo o verdadeiro amor passa pela cruz.

Essa impossibilidade, no entanto, tornou-se há séculos comum e habitual graças a uma das mais extraordinárias forças do planeta, a civilização. Controlando e elevando os instintos básicos do ser humano, a civilização consegue maravilhas, realizando até impossibilidades práticas, como o casamento, a democracia, a matemática, a ópera ou a doçaria regional.

Infelizmente de vez em quando aparecem uns políticos que,

descobrimo com surpresa aquilo que toda a gente sempre soube, decidem usar a lei para atacar a civilização. Aconteceu recentemente entre nós.

Argumentando que a vida conjugal é difícil e por isso falha com frequência, deduzem a necessidade de enfraquecer o laço legal que a consagra. Assim as instituições e regulamentos deixam de apoiar e suportar a cultura para passar irresponsavelmente a promover a barbárie.

Esta atitude não é rara. Pelo contrário, repete-se sucessivamente ao longo das épocas. Por exemplo, no tempo dos nossos avós verificou-se um processo semelhante com o tratamento do diálogo intercultural. Pode dizer-se que as relações harmónicas entre povos e costumes diferentes são uma impossibilidade social. A atitude normal seria o desentendimento, como mostram séculos de guerras e conflitos. Também aí a civilização conseguiu avanços importantes e muitos lugares sempre viveram episódios pacíficos de sociedades plurirraciais. Mas há 80 anos alguns políticos europeus, constatando as evidentes dificuldades na relação entre os povos, decidiram

eliminar as leis que a promoviam e publicar legislação racista e nacionalista. O resultado foi a infâmia nazi e o holocausto judeu.

Temos também exemplos inversos, com a política a fazer esforços monumentais para nos levar a praticar algo que pode ser considerado uma impossibilidade. Proteger o ambiente, salvaguardar a paisagem e defender as espécies vivas não está nos instintos naturais do ser humano. Só a civilização o pode concretizar. Precisamente por isso os nossos governantes estão intensamente dedicados a criar leis e instituições que nos orientem nesse sentido. Pena que totem atitude inversa na família.

A civilização é uma construção vasta e complexa, continuamente sob fogo de ataques da barbárie. Por isso em todas as gerações existe sempre algum cantinho que ameaça ruína. Uma vez rompida a muralha defensiva, a selvajaria penetra na sociedade e pratica terríveis devastações. As consequências desastrosas são depois corrigidas a custo pelos descendentes, que censuram amargamente os progenitores. Os nossos avós foram

racistas, os nossos pais, poluidores. Nós, repudiando fortemente esses erros, fazemos todos os esforços para reforçar as respectivas zonas da fortificação, com leis e campanhas que defendam a cultura. Só que ao fazê-lo deixamos desprotegidas outras áreas, onde se travarão as batalhas futuras.

Esta mistura ambígua de civilização e brutalidade é visível hoje como sempre. Diante os problemas, cada época saltita entre uma posição de combate ou tolerância. A sociedade ocidental luta com ardor pela justiça social e consciência ambiental, ética empresarial e diálogo intercultural, onde os seus antepassados cederam. É inflexível em tantos aspectos, que pode parecer estranho que ceda à cruza mais boçal nas leis familiares. Ninguém nos ganha em sofisticação científica e artística, mas as nossas atitudes perante divórcio e promiscuidade, aborto e eutanásia, pornografia e prostituição horrorizariam até a tribo mais primitiva. - *Professor universitário, escritor e jornalista. © DN, 27-10-08*

Artigo de Opinião

A outra Política Fiscal

Ricardo Rio(*)

Para o comum dos cidadãos, aquilo que verdadeiramente importa em matéria de política fiscal, pelo menos ao nível da leitura pública que vai fazendo das opções políticas do Governo, é a definição das taxas dos impostos.

De facto, por mais que a aplicação das regras de cálculo, a definição da base de incidência ou as formas de tramitação (pagamento e/ou reembolso) se alterem, só à posteriori é que o contribuinte se aperceberá se a tais medidas corresponde uma subida ou descida dos impostos que paga ao Estado.

À partida, porém, e sem prejuízo de que a realidade possa demonstrar o contrário, é manifestamente claro e directo o raciocínio de que uma maior taxa é algo de mau e uma descida das taxas deve ser reconhecido como uma medida positiva, trate-se de impostos directos ou indirectos.

Para quem gere a política fiscal, todavia, esta dialéctica é

demasiadamente redutora das opções em aberto, razão pela qual a generalidade dos economistas têm centrado o seu discurso na necessidade de simplificação do sistema fiscal, enquanto via para conferir maior transparência e equidade ao sistema e, potencialmente, gerar aumentos de receita cobrada, que viabilizariam a diminuição da carga fiscal individual.

Há, de facto, múltiplas decisões que podem ser tomadas em sede de gestão da política fiscal que, sem envolver a alteração das taxas aplicáveis, podem ter significativas consequências sobre a eficácia e justiça do sistema fiscal e, bem assim, sobre a própria gestão financeira das empresas e/ou dos particulares.

Nestes casos, exige-se um correcto equilíbrio entre a abertura para o estudo de novas soluções, a iniciativa de as implementar e a necessidade de monitorizar e



corrigir (quando adequado) os seus impactos.

Até porque, se nem é admissível nem saudável para o funcionamento da economia no seu todo a constante mutação das “regras” – nomeadamente em matéria fiscal -, também não é compreensível nem desejável a perpetuação de situações perniciosas ou o desaproveitamento de propostas aparentemente positivas.

E, finalmente, parece-me de todo inaceitável que as razões para o fracasso de uma qualquer medida ou para o adiamento ou rejeição de qualquer inovação possam residir em “falhas” ou “limitações” da máquina fiscal.

Neste mesmo espírito, invoco dois exemplos que têm sido alvo de profusa discussão pública, ambos no quadro do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado: a “inversão do sujeito passivo” no sector da Construção Civil e o movimento em prol do “IVA com recibo”.

No primeiro caso, e tendo como objectivo “acautelar eventuais situações de prejuízo ao erário público”, o Governo português estabeleceu, por via da inversão do sujeito passivo (Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de Janeiro), que o devedor do imposto é o sujeito passivo adquirente de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e

demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou de subempreitada.

Isto é, ao invés de ser o fornecedor dos bens ou serviços a proceder à liquidação do Imposto em dívida ao Estado, tal responsabilidade passou para o seu adquirente (desde que este seja também um agente que proceda à dedução do imposto), sem que tal ponha em causa o normal direito à dedução do imposto suportado pela entidade fornecedora/prestadora.

Todavia, como logo foi expresso em reivindicação expressa por nove associações representativas de toda a cadeia de valor do sector, esta alteração levou a que “a neutralidade do sistema do IVA fica, para estas empresas, dependente, quase em exclusivo, do mecanismo do reembolso”.

Daí que, no próprio Orçamento de Estado para 2008 tivessem sido introduzidas medidas que viabilizavam o acesso a um regime especial de reembolso do IVA a 30 dias, o que nunca se chegou a verificar, com questões meramente administrativas a impedir as empresas de aceder a tal regime.

Ora, perante tais atrasos, a imposição da exigência de caução ou garantia bancária para a atribuição do reembolso e a impossibilidade de as empresas requererem o reembolso antes do fim do período de 12 meses, quando o crédito a seu favor exceder 12,5 vezes o salário mínimo nacional, são múltiplas as fontes de previsível estrangulamento em termos financeiros e de tesouraria, que pode pôr em causa a sobrevivência de inúmeras empresas de pequena e média dimensão.

Da mesma forma, num país em que grassa o estatuto de “mau pagador”, e em que o próprio Estado contribui para tal situação, parece ser de elementar justiça a reivindicação de várias associações empresariais e do Movimento Cívico “IVA com Recibo”, para que o IVA apenas possa ser exigível pelo Estado quando a prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens for pago e não quando a factura é emitida, como hoje acontece.

Também aqui, esta situação provoca sérias dificuldades à tesouraria das empresas mais débeis, podendo gerar, em muitas circunstâncias, e até por força das medidas radicais hoje adoptadas pela máquina fiscal em casos de incumprimento, consequências bastante gravosas, que podem conduzir ao próprio encerramento das empresas em questão.

Ora, é precisamente por exemplos como estes que invoquei que a condução da política fiscal requer uma especial atenção a todas as suas vertentes de aplicação, muito para lá da mera fixação das taxas de imposto aplicáveis a cada situação. Só que esta é uma tarefa bastante mais difícil... - **Mestre em Economia; Presidente da CPS/ Braga; Vereador; n/ Correspondente**

Notícias da Madeira

«PSD-M nunca foi “um elemento perturbador” para qualquer liderança nacional do partido» - A. J. Jardim

O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, garantiu, hoje, que o PSD-M nunca foi “um elemento perturbador” para qualquer liderança nacional do partido.

Alberto João Jardim fez esta observação à comunicação social momentos antes de um almoço de trabalho na Quinta Vigia com o secretário-geral do PSD nacional, Marques Guedes, e que incluiu ainda os dirigentes sociais-democratas Emídio Guerreiro, Matos Rosa, Guilherme Silva e Jaime Ramos.

“Nunca viram partir da Madeira qualquer diligência ou acto que viesse provocar instabilidade no partido a nível nacional”, retorquiu Alberto João Jardim quando elementos da comunicação social lhe perguntaram se o almoço representava ‘uma aproximação à liderança de Manuela Ferreira Leite’.

Alberto João Jardim explicou que, apesar da autonomia do PSD-M, “o partido, ao ter os seus principais responsáveis na Comissão Política Nacional, é solidário, participa e é corresponsabilizado nas decisões nacionais do partido”.

“Isto funcionou sempre assim e, independentemente de discordâncias que não têm dramatismo nenhum, nunca viram que o PSD-M fosse um elemento perturbador para qualquer dos líderes nacionais que o PSD nacional já teve”, acrescentou.

“Se eu, aqui, como líder do partido - continuei - não gosto de indisciplina e primas-donas a berrar por aí, também não posso fazer de prima-dona, nem andar a berrar por aí independentemente de ter as minhas opiniões e dizê-las francamente”.

Reiterou, no entanto, a necessidade de, no final do primeiro trimestre de 2009, o PSD nacional efectuar uma avaliação à situação política do país e do partido: “a última grande avaliação em termos de, uma vez por todas, assentar a estratégia eleitoral”.

Jardim considerou ainda que “a principal preocupação do País é a situação a que chegou a sua economia” que, precisou, “é uma coisa diferente da crise financeira internacional”.

“A situação da economia é por causa deste Governo que já tem três anos e meio de governação”, lembrou.

Por isso, defendeu que o PSD



nacional tem “duas frentes fundamentais - encontrar soluções para a situação económica e, num clima de patriotismo nacional, ajudar a encontrar soluções para a situação financeira internacional que a todos penaliza”.

Mas, avisou: “não nos venham pedir, com o pretexto de ajudarmos na questão dos reflexos da crise internacional em Portugal, que passemos uma esponja sobre as asneiras económicas que foram feitas ao longo deste tempo e, no caso particular da Madeira, obviamente que não vamos esquecer os constantes atropelos que nos são feitos”.

Jardim exemplificou com a “nefanda lei de comunicação social” que, no seu entender, “instala sofisticadamente uma nova censura em Portugal”.

“Um órgão de informação que atinja uma exposição de 50 por cento do mercado é sujeito a inspecção por parte da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e outro exemplo é tentar fechar um órgão diário de comunicação social na Madeira, o que é perfeitamente inconstitucional”, referiu.

“Eu não sei se as pessoas fazem leis inconstitucionais contando com as suas maiorias políticas no Tribunal Constitucional para lhes cobrirem todos os dislates que fazem”, questionou.

“O recente Orçamento de Estado é outra vergonha que cada vez tira mais à Madeira”, concluiu.

O secretário-geral do PSD nacional, Marques Guedes, revelou,

por seu lado, que o almoço de trabalho tinha a ver “com a importância enorme que o PSD-M tem no contexto do funcionamento do partido no plano nacional” e com o facto de ocorrerem, em 2009, três actos eleitorais.

“O PSD apresentar-se-á às eleições com a ambição de ganhar as três eleições - europeias, legislativas e autárquicas”, disse. - **Fonte: Lusa**

GP do PSD/Madeira considera falsas as justificações do Min. Finanças sobre diferencial de verbas entre Madeira e Açores

O Grupo Parlamentar do PSD-M à Assembleia Legislativa da Madeira classificou hoje de “falsas e mentirosas” as justificações do ministro das Finanças acerca da diferença de verbas entre os Açores e a Madeira contemplada no PIDDAC.

“O senhor ministro Teixeira dos Santos veio dizer, na Assembleia da República, que a diferença nas verbas a atribuir no âmbito do PIDDAC às duas regiões devia-se à necessidade de serem construídas duas prisões nos Açores, o que é uma mentira e uma falsidade”, acusou o vice-líder parlamentar do PSD-M, Coito Pita.

Os sociais-democratas madeirenses estão informados com o facto de os Açores irem receber, em 2009, 36,8 milhões de euros no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, enquanto que a Madeira fica somente com 5,4 milhões de euros.

“A Madeira, entre as 10 regiões do país, é a que vai ter um maior decréscimo das verbas do PIDDAC”, afirmou Coito Pita, acrescentando que desde que “o Governo da República é do PS a Madeira tem vindo sempre a ver diminuída as verbas e os Açores a aumentar”.

Para “além da atitude sistemática da violação do direito de legislação da Região, este governo tem adoptado uma atitude persecutória na distribuição de verbas necessárias ao desenvolvimento da Madeira”, disse o deputado social-democrata.

Esta contestação às verbas atribuídas à Região no âmbito do PIDDAC deverá ser ainda relevada na Assembleia da República, através do deputado “laranja” Hugo Velosa, eleito pela Madeira, aquando da discussão do Orçamento de Estado, a 08 e 09 de Novembro. – **Gab. Imp. PSD/M**

CPR/Madeira contra o “chumbo” da Ass. da República à sua proposta de revisão da Lei de Finanças Regionais

A Comissão Política Regional do PSD-M lamentou esta noite que a Assembleia da República tenha chumbado a revisão da Lei de Finanças Regionais, apresentada pela Assembleia Legislativa da Madeira.

No final da reunião da Comissão Política Regional, Guilherme Silva adiantou que os deputados do PSD-M na Assembleia da República vão apresentar, na especialidade, propostas para “corrigir e reparar a injustiça e discriminação” que a Região Autónoma da Madeira está a ser vítima da maioria e do Governo socialista da República.

“Vamos dar uma última oportunidade à maioria socialista de se pronunciar se está ou não a favor das populações da Madeira e do Porto Santo ou se vai manter a atitude discriminatória e persecutória que tem vindo a manter em relação à Região”, disse o porta-voz da reunião.

O PSD-M pretende repor a situação que existia anteriormente à actual Lei de Finanças Regionais que “foi criada pelos socialistas e revogada pelos socialistas, o que é estranho”, disse Guilherme Silva.

O Governo Regional do PSD-M considera que até 2011 a Região perderá cerca de 500 milhões de euros em termos de transferências do Orçamento de Estado comparativamente à lei anterior.

Guilherme Silva revelou ainda que a Comissão Política Regional mandou os deputados na Assembleia Legislativa para desencadear um projecto de revisão constitucional a ser entregue na Assembleia da República, no tocante à autonomia política para aprofundar e clarificar as competências legislativas do parlamento regional. –

Fonte: Lusa

Notícias de Almada

Recolha de assinaturas para pedir a revisão do Plano de Acessibilidades 21



O PSD de Almada anunciou uma campanha de recolha de assinaturas para pedir a revisão do Plano de Acessibilidades 21, criado em 2002 para requalificar o espaço público e reduzir a circulação automóvel dentro da cidade.

Em declarações à Lusa, o presidente do PSD/Almada, NunoMatias, criticou o plano criado pela autarquia, considerando que esta solução veio “afectar o comércio, o

funcionamento da cidade e a qualidade de vida de todos os almadenses”, ao condicionar o tráfego nalgumas zonas da cidade e alterar o sentido de trânsito de algumas ruas, na sequência da construção do Metro Sul do Tejo (MST).

A redução do estacionamento automóvel gratuito e de vias de circulação são outras das principais críticas apontadas pelo responsável da concelhia de Almada ao projecto, considerando urgente a sua alteração, nomeadamente através da introdução de uma revisão orçamental, com vista à “requalificação da principal avenida de Almada, desde o Centro Sul até Cacilhas”.

De acordo com Nuno Matias, “os almadenses sofrem todos os dias as consequências de políticas autárquicas erradas”, como a “cópia de modelos de outras cidades europeias para uma cidade com uma morfologia diferente”, que “não tem artérias secundárias em condições de receber o trânsito escoado da artéria principal da cidade”, ocupada em grande parte pelo metro.

“O PSD não está contra o MST, mas contra o facto de se ter adaptado

a cidade ao metro, em vez de se ter adaptado o metro à cidade”, salientou Nuno Matias.

Desta forma, o PSD de Almada irá recolher assinaturas durante dois meses, bem como promover acções de sensibilização junto dos cidadãos, no sentido de incentivar a presidente da Câmara de Almada a ter o “bom senso de introduzir alterações ao Plano de Acessibilidades XXI”.

“O plano de acessibilidades está a matar Almada”, afirmou o responsável do PSD em Almada, acrescentando que o abaixo-assinado foi lançado depois de o partido ter levado várias propostas de alteração do projecto à Assembleia Municipal, sempre chumbadas pela maioria comunista.

“Os almadenses estão a ficar fartos dos incómodos diários causados por este projecto”, sublinhou Nuno Matias, afirmando ainda ser “inaceitável que na entrada e saída de Almada, as pessoas sejam obrigadas a andar aos “S’s” e que se demore quase uma hora para sair da cidade”.

“Já que a presidente de Câmara não deu ouvidos às nossas propostas, pode ser que dê ouvidos aos almadenses”, concluiu o presidente do PSD/Almada. - **Fonte: Lusa**



Notícias de Castelo Branco

PIDDAC de Castelo Branco para 2009 é o mais baixo de sempre - e grande parte é para pagar obra que já estão feitas”

O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2009 no distrito de Castelo Branco “é o mais baixo de sempre”, disse o presidente da Distrital do PSD.

“É este o prémio que o distrito recebe do cabeça de lista do PS nas eleições de 2005, o actual primeiro-ministro, José Sócrates”, criticou o social-democrata.

Segundo a análise feita pela distrital do PSD, o Orçamento de Estado para 2009 “não ataca o núcleo dos problemas, não satisfaz as necessidades da classe média, das pequenas e médias empresas e ignora o interior”, refere o órgão, em comunicado.

“O PIDDAC é o reflexo disso mesmo”, acrescenta o PSD, alegando que o programa tem 39,7 milhões de euros reservados para Castelo Branco, quantia apenas superior à de Portalegre, com 27,6 milhões de euros, o valor mais baixo entre os distritos do Continente.

“De 2005 até 2009 fomos sendo ‘desclassificados’ do 10º para o 17º lugar”, ilustrou o líder social-democrata Carlos São Martinho.

No topo está Lisboa, que recebe 400 milhões, do total de 3.203 milhões distribuídos pela proposta de PIDDAC inicial para 2009 pelos 18 distritos do Continente.

O PSD faz as contas e chega a três conclusões.

“Mais de um terço do PIDDAC para 2009 é para pagar obras já executadas”, como a Faculdade de Ciências da Saúde da Covilhã, o Centro de Saúde de Oleiros ou o Pavilhão Serra da Gardunha no Fundão.

Por outro lado, “dos oito distritos que viram a previsão de investimento reduzida, Castelo Branco foi o que mais decresceu em termos relativos: 36 por cento”.



“Do investimento inscrito no PIDDAC 2008, que já era medíocre, pouco ou nada foi feito. A execução ficou-se por menos de um milhão de euros do PIDDAC discriminado por concelhos”, realçou.

O PSD critica ainda o facto de o concelho de Proença-a-Nova não ter verbas inscritas pelo segundo ano consecutivo e classifica como “ridículas” as verbas atribuídas a Belmonte (1000 euros), Penamacor (2235 euros) e Idanha-a-Nova (12434 euros). – Fonte: Lusa

Notícias de Lisboa

PSD exige prazo para regulamento da atribuição do património disperso da autarquia

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa (AML) vai exigir terça-feira o estabelecimento de um prazo para a Câmara apresentar um regulamento de atribuição do património disperso da autarquia.

Numa moção subscrita pelo líder da bancada, Saldanha Serra, os deputados municipais do PSD, em maioria na AML, exigem que a Câmara apresente a regulamentação “em prazo que permita o seu agendamento na próxima reunião ordinária da Assembleia”.

O PSD sublinha a necessidade de a autarquia, “com urgência”, dotar a cidade de “regulamentação que garanta a maior justiça, equidade e transparência na atribuição do património disperso da Câmara”.

Os sociais-democratas exigem

ainda, numa outra moção, a “entrega imediata” à Assembleia Municipal da lista dos inquilinos do património disperso, que o presidente da Câmara, António Costa (PS), distribuiu aos vereadores na semana passada.

Na moção, o PSD acusa António Costa de ter uma “postura unilateralista, não pretendendo envolver a AML num processo de evidente interesse municipal, para além dos quadros político-partidários existentes, e cuja resolução urgente e alargada é por demais evidente e necessária”.

De acordo com a lista do património disperso distribuída pelo presidente da Câmara de Lisboa aos vereadores, a que a agência Lusa teve acesso, existem 2.028 habitações, com três tipos de contratos: arrendamento



habitacional (com contrato), habitação social (sem contrato) e cedência habitacional (sem contrato).

Nos mandatos de João Soares, entre 1995 e 2001, foram cedidas 281 casas, seguindo-se a presidência de Krus Abecassis (1979-1989), altura em que foram atribuídas 200 habitações.

Com Pedro Santana Lopes (PSD/CDS-PP) à frente da autarquia (Dezembro de 2001 a Julho de 2004 e, mais tarde, seis meses em 2005), foram cedidos 155 fogos, mais dois que no mandato de Jorge Sampaio (coligação PS/PCP, de 1989 a 1995).

No mandato de Carmona Rodrigues (PSD/CDS-PP), que esteve na Câmara de Lisboa oito meses entre 2004 e 2005 e entre Outubro de 2005 e Maio de 2007, foram atribuídas 112 casas.

No actual mandato, foram cedidos 69 fogos.

Os valores das rendas são muito díspares, existindo mesmo casas a custo zero: uma delas trata-se de arrendamento habitacional com prazo e com contrato cedida a 01 de Janeiro deste ano, na Freguesia de Santa Catarina.

O PSD vai também pedir a presença na Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal de Lisboa dos vereadores e entidades envolvidas na construção do interceptor entre Alfama e o Cais do Sodré para tratamento da totalidade do esgoto da cidade.

O presidente da Câmara de Lisboa, António Costa (PS), anunciou na semana passada na Assembleia Municipal a construção de interceptor entre Alfama e o Cais do Sodré, uma obra a iniciar-se em Janeiro do próximo ano e com conclusão prevista para Setembro.

O líder da bancada do PSD questiona a possibilidade de esta intervenção ter sido coordenada com os trabalhos do Metro e o motivo pelo qual será a sociedade Frente Tejo a ter a responsabilidade pelos arranjos à superfície.

O PSD quer esclarecimentos sobre as acessibilidades disponibilizadas para quem utiliza a praça, o tipo de condicionamento vai ser introduzido no trânsito e a preservação da estátua de D. José.

Os sociais-democratas vão igualmente apresentar uma moção defendendo a comunicação à Assembleia com antecedência mínima de um mês da realização de todos os eventos que “obriguem a condicionamentos do trânsito ou da livre circulação de peões, bem como a indicação de custos, directos, ou indirectos, a suportar pelo Município e respectivo retorno”.

São exemplos destas iniciativas, o evento de uma marca de automóveis que encerrou parcialmente a Praça das Flores e decorreu na Avenida da Liberdade.

Numa outra moção, determina-se que a partir do próximo ano deixará de haver a autorização de isenção de taxas municipais de eventos, após a sua realização, como, afirma, tem sido “tradição”.



O PSD vai ainda “renovar e reforçar a sua oposição à decisão da Câmara Municipal de Lisboa de adjudicar directamente à REFER o Plano de Urbanização de Alcântara e condenar a extensão da concessão do terminal de contentores à Liscont”.

Os deputados sociais-democratas condenam o “silêncio conveniente” do presidente da Câmara “em todo este processo” e apoiam a iniciativa do grupo parlamentar do PSD de suscitar a apreciação parlamentar do decreto-lei sobre a “concessão do terminal portuário de Alcântara”. – **Fontes: CNLisb. e Lusa**

Distrital estabelece objectivos para as autárquicas de 2008

A Assembleia Distrital do PSD de Lisboa aprovou no dia 23, uma moção que estabelece como objectivo para as autárquicas de 2009 ser o partido com maior número de câmaras no distrito, disse à agência Lusa Carlos Carreiras.

O presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD falou à agência Lusa no final da reunião da Assembleia Distrital, que terminou hoje de madrugada.

“Foi aprovada uma moção estratégica sobre as eleições autárquicas, que define objectivos ambiciosos para as próximas eleições: o partido pretende ganhar o maior número de câmaras no distrito de Lisboa”, disse Carlos Carreiras.

“Queremos afirmar-nos como o maior partido no distrito, o partido com mais câmaras”, reforçou o presidente do PSD/Lisboa, referindo que actualmente o partido tem “três câmaras em dez” na área metropolitana de Lisboa.

Entre as câmaras que o PSD/Lisboa quer conquistar está a da capital: “O objectivo é voltar a ganhar a Câmara Municipal de Lisboa”.

Carlos Carreiras adiantou que foi aprovada uma outra moção pela Assembleia Distrital de Lisboa do PSD, “de solidariedade à posição da liderança do partido em relação ao Orçamento do Estado para 2009”

“Os militantes estão indignados com as condições em que este Orçamento foi elaborado, de tal forma

é um orçamento fantasioso, que vai afectar as futuras gerações e os futuros anos”, disse o presidente da Distrital de Lisboa do PSD. – **Fontes: Lusa, Gab. Imp. CPD Lisboa**

Segundo o PSD, o Plano Local de Habitação deverá ter um carácter “prático”

Presidentes de juntas sociais-democratas de Lisboa defendem que o Plano Local de Habitação deverá ter um carácter “prático”, com a definição de prédios a recuperar, e temem o “caminho” demasiado “teórico” que consideram o projecto está a levar.

“O caminho não nos parece o melhor. Estamos disponíveis para fazer algo prático, não para fazer reuniões atrás de reuniões e andar com teorias”, disse à Lusa o presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, Magalhães Pereira.

Autarcas sociais-democratas reuniram-se com a vereadora do movimento Cidadãos por Lisboa Helena Roseta, responsável pelo Plano Local de Habitação, cuja elaboração foi aprovada quarta-feira em reunião do executivo municipal.

Magalhães Pereira sublinhou que para os presidentes de junta do PSD, que governam 33 das 53 freguesias da capital, as prioridades deverão ser “definir as listagens de prédios a sujeitar a um plano de recuperação, as verbas previstas e as verbas a cabimentar”.

Os autarcas sociais-democratas afirmam-se ainda disponíveis para contribuir para um “regulamento claro, justo e com alcance social” para a atribuição das casas do património disperso da autarquia.

“Temos um problema e uma solução e nada no meio. O problema é a carência habitacional, a solução são as casas que existem, muitas vazias e a precisar de obras”, argumentou.

Magalhães Pereira sublinhou que os autarcas sociais-democratas consideram que há um “excesso de reuniões na metodologia do plano”.

“Estamos um bocadinho saturados de reuniões em que se tomam decisões que depois não se concretizam”, afirmou.

A primeira fase do plano decorre até final do ano e consiste num diagnóstico, implicando um conjunto de debates, um estudo de opinião para conhecer a percepção dos cidadãos sobre a matéria e um site dedicado ao PLH.

Uma das iniciativas a organizar durante o mês de Novembro é a Conferência “Habitação em Lisboa - O que sabemos e não sabemos”, destinada a cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades promotoras de habitação para recolher sugestões.

Ainda para a primeira fase do PLH está programada a organização do “Fórum das Freguesias”, que deverá decorrer entre 31 de Outubro e 07 de Novembro e com o qual se pretende sensibilizar os autarcas das freguesias, identificar áreas críticas de intervenção e fazer o diagnóstico local.

É ainda proposta a organização de um Fórum dos trabalhadores municipais na área da Habitação (Novembro), um workshop de avaliação (Dezembro) e uma Mostra do Saber (exposição itinerante), onde serão divulgados os trabalhos e investigações feitos no meio académico sobre a habitação em Lisboa.

Haverá ainda um estudo de opinião, a apresentar na Conferência de Novembro e com o qual se pretende “afinar” o diagnóstico das carências e identificar a percepção dos cidadãos que residem e/ou trabalham em Lisboa sobre a matéria.

Estão previstos 20.000 euros na criação de um portal/site com toda a informação reunida para o PLH.

O plano deverá ficar concluído em Junho do próximo ano, segundo a proposta de Helena Roseta aprovada quarta-feira.

O plano deverá identificar a dimensão das carências de habitação no município de Lisboa e apontar as áreas críticas ou estratégicas de intervenção prioritária.

Apontar as dinâmicas da evolução da oferta e procura de habitação em Lisboa e respectivas tendências de evolução, articular a intervenção no mercado da habitação com políticas municipais na área fiscal, social e de gestão do património são outros dos objectivos do PLH de Lisboa. – **Fonte: Lusa**

Notícias de Sintra

Sintra, vencedora nacional das “Cidades Limpas2008”



O Município de Sintra venceu o IX Concurso Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos “Cidades Limpas 2008”. A cerimónia oficial da atribuição de um diploma e da bandeira verde realizou-se no dia 14 de Outubro, às 10h30, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã.

Este ano, o tema geral do Concurso foi a “A Gestão integrada de resíduos urbanos”, tendo sido o Município de Sintra, através da candidatura realizada pela HPEM – Higiene Pública, E.M., o vencedor no Grupo dos Municípios mais populosos a nível nacional (municípios com população residente igual ou superior a 100.000 habitantes), que ao garantir uma cobertura integral e uniforme do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública em todo o Concelho, dedicou especial esforço na área da recolha selectiva dos resíduos recicláveis.

O Concurso destina-se a reconhecer e distinguir os esforços das autarquias e sistemas plurimunicipais na área da gestão dos resíduos urbanos e é uma realização conjunta do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, que faz a avaliação.

Autarquia homenageia pintor sintrense

A Câmara Municipal de Sintra atribuiu a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a Ernesto Neves, artista e munícipe de Sintra, no dia da inauguração de mais uma exposição do pintor, dia 25 de Outubro, pelas 16h00, na Galeria Municipal de Sintra.

Ao atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a Ernesto Neves, a Câmara Municipal de Sintra, homenageia além do Pintor, o Homem que tanto tem contribuído para a divulgação e valorização das Artes Plásticas em geral e da Pintura em particular.

É o reconhecimento de um trabalho que se perpetuará no tempo, muito para além das limitações inerentes à nossa condição humana.

A obra de Ernesto Neves é o reflexo claro de um caminho artístico resistente e amadurecido pelo tempo, pela experiência, pelas vivências, enfim, pela vida. É a marca inconfundível de um pintor reconhecido além fronteiras.

O trabalho que tem desenvolvido ao longo de 47 de actividade artística, a dedicação, a persistência e a contribuição dada à cultura em Sintra conferem o reconhecimento e mérito inquestionável a este Município que vive e trabalha no Concelho.

Programa de sensibilização ambiental

O lançamento do Manual Pedagógico de Apoio ao Professor e a cerimónia de entrega de troféus às escolas galardoadas com a Bandeira Verde realizaram-se no dia 15 de Outubro, pelas 10h00, no Palácio Valenças.

A cerimónia de entrega de troféus pretende fundamentalmente encorajar acções e reconhecer o trabalho desenvolvido pelas escolas em benefício do ambiente, no âmbito do Programa Eco-Escolas.

Sintra foi, no passado ano lectivo (2007/2008), o concelho que, a nível nacional, mais escolas teve galardoadas com a Bandeira Verde (32 para um total de 38 inscritas), alimentando a esperança de que outras sigam este exemplo, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida.

Para desenvolver todos estes projectos a autarquia garante apoio financeiro (100 euros às escolas que se inscreverem até 31 de Outubro e 500 euros às que vierem a ser certificadas pela ABAE/FEPE) e apoio técnico através da Divisão Técnica de Ambiente.

No âmbito do Programa Municipal de Sensibilização Ambiental, as escolas aderentes podem usufruir de um conjunto de actividades de sensibilização ambiental dinamizadas quer pela autarquia, quer por outras entidades (AMES, HPEM, SMAS, SUMA e Tratólixo).

É neste contexto que foi criado o Manual Pedagógico de Apoio ao Professor que agrega todas as actividades disponíveis de forma a serem avaliadas as que melhor se adequam a cada escola. Organizado por temas – Energia, Biodiversidade, Florestas, Água, Resíduos - o Manual consagra um conjunto de mais de 400 actividades.

Biodiesel solidário com AMI

Além de ser amigo do ambiente, o biodiesel é agora também solidário. Cada litro de óleo reciclado em Sintra será transformado num donativo para ajudar a AMI na luta contra a exclusão social em Portugal.

Desde 2003 que, no concelho de Sintra, o óleo que utilizamos em casa para fritar os nossos alimentos é utilizado como combustível na frota municipal, nomeadamente da empresa de higiene pública. A ideia é simples: transformar o óleo que rejeitamos na nossa cozinha em biodiesel. Desde logo três vantagens: o óleo é reciclado e reutilizado, evita-se poluição e problemas no saneamento e, finalmente, poupa-se dinheiro.

Agora, o biodiesel torna-se também solidário com os mais desfavorecidos, através da assinatura de um protocolo, no dia 22 de Outubro pelas 11H00 entre a Assistência Médica Internacional (AMI), a Câmara Municipal de Sintra, a HPEM e a AMES, cuja finalidade será formalizar a relação entre o Plano de Valorização de Óleos Alimentares Usados (PVOAU) e a AMI.

A cerimónia terá lugar na sede da HPEM com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, do Presidente da AMI, Fernando Nobre, do Presidente da HPEM, Rui Caetano e do Presidente da AMES, Baptista Alves.

Assim, a partir de dia 22, cada vez que se colocar óleo alimentar usado num Óleo que pertença ao PVOAU, seja ele de recolha no sector doméstico, escolar ou restauração, contribui-se para ajudar a AMI.

A Câmara de Sintra recolhe, desde 2003, óleo alimentar usado (OAU) nas escolas, nas cantinas, nos restaurantes e nas juntas de freguesia para a produção de biodiesel. A colocação de Óleões nas escolas visava ainda recolher o óleo trazido pelos próprios alunos das suas casas. Como resultado destas campanhas, autarquia sentiu que os sintrenses estavam mobilizados para a separação selectiva deste resíduo.

Assim, foi implementado a recolha de óleos produzidos no sector doméstico. Desde o final de Outubro de 2005 que estão ao dispor da população sintrense 23



óleões, colocados estrategicamente junto dos ecopontos.

Seminário “A redução de custos começa na energia: dê o primeiro passo!”

A Câmara Municipal de Sintra promoveu o seminário “A redução de custos começa na energia. Dê o primeiro passo!” que se realizou no dia 15 de Outubro, pelas 14h00, no Auditório dos Smas, em Sintra.

Com esta sessão, procurou-se informar, alertar e consciencializar todos participantes para a necessidade de poupança de energia, e estimular a mudança de hábitos e comportamentos com vista à redução do consumo de electricidade.

O seminário foi destinado aos agentes económicos do concelho (associados da AESintra), associações de consumidores e público em geral.

O seminário foi organizado pela Câmara Municipal de Sintra e da Associação Empresarial do Concelho de Sintra com o apoio da Agência Municipal de Sintra, da DECO E dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra.

Fim-de-semana em Sintra

Música, exposições, teatro ou artesanato foram algumas das propostas da Câmara Municipal de Sintra para o fim-de-semana de 11 e 12 de Outubro, com todas as actividades gratuitas.

A Biblioteca Municipal de Sintra-Casa Mantero foi palco, do lançamento do livro “Conversas à Volta dos Livros” de Tânia Xavier, no Sábado, pelas 18h00. Para os mais novos, “Há Contos ao Sábado” com o atelier Lá Vou Eu, pelas 15h30.

Na Biblioteca Municipal de Aqualva-Cacém também houve teatro para os mais novos com o “Canteiro de Livros”, pelas 15h30.

A Galeria Municipal de Fiteiras acolhe, a partir do dia 11, a XIII Mostra de Arte de Professores e Educadores do Concelho de Sintra. Para ver até 31 de Outubro.

No dia 12, das 09h00 às 19h00 na Volta do Duche realizou-se a Mostra de Artesanato, que se realiza mensalmente, onde se pode ver cerca de 20 artesão a trabalhar ao vivo e adquirir artesanato a preços mais apetecíveis.

A Casa da Cultura de Mira Sintra, surge como um espaço de convívio onde a população pode reunir-se e praticar diversas actividades. Para isso, a Câmara de Sintra agendou uma programação para o mês de Outubro, de forma a dinamizar daquele espaço cultural.

No dia 11, pelas 17h00, actuou o Grupo de Música Popular “Fruta da Terra” e dia 12, às 17h00, foi a vez da actuação da Banda da Sociedade Recreativa e Musical de Almoçageme.

Autarquia apoia Estudos Llansolianos

Com o objectivo de divulgar a obra literária de Maria Gabriela Llansol, uma das mais singulares figuras da literatura portuguesa contemporânea, a Câmara Municipal de Sintra assinou um protocolo com a Associação de Estudos Llansolianos, que se realizou no dia 10 amanhã, pelas 16h00, no Edifício dos Paços do Concelho, em Sintra.

A Câmara de Sintra aprovou, em reunião do Executivo, atribuir um subsídio de dez mil euros de apoio financeiro com o objectivo divulgar o espólio literário de Maria Gabriela Llansol junto dos munícipes e visitantes em geral, permitindo o seu usufruto e contribuindo desta forma para o conhecimento, preservação e valorização deste património.

Maria Gabriela Llansol residiu grande parte da sua vida na Vila de Sintra, onde desenvolveu a sua actividade literária e obteve a sua inspiração. A preservação e ligação ao seu lugar de trabalho são agora desenvolvidas pelo Espaço Llansol – Associação de Estudos Llansolianos, através da gestão do seu espólio literário, da divulgação dos seus textos e do apoio à edição.

A sua extraordinária obra, por diversas vezes premiada, assumiu grande importância no domínio literário europeu, não tendo ainda conhecido a meritória projecção, resultante da postura discreta da malograda escritora que recentemente nos deixou. – Fonte: Gab. Imp. CMS

Notícias do Porto

Recandidatura de Rui Rio, “muito provável”

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio (PSD), admitiu, no sábado, que “o mais provável” é que se recandidate ao cargo nas Autárquicas de 2009, mas ressaltou que a decisão definitiva ainda não está tomada.

“O mais provável, o mais lógico é que me recandidate”, referiu, sublinhando a vontade de cumprir o último mandato que a lei lhe permite para concluir o seu projecto.

“Se as eleições fossem amanhã, eu ia”, acrescentou.

No entanto, lembrou que ainda falta cumprir “25 por cento” do actual mandato, pelo que, garantiu, a decisão de recandidatura ainda não está tomada.

Distrital inicia ciclo de debates de análise ao impacto dos primeiros três anos de governo socialista

A distrital do Porto do PSD iniciou no sábado um ciclo de debates que visa analisar o impacto no Norte dos três primeiros anos de mandato do Governo socialista, disse hoje à Lusa fonte daquela estrutura.

O primeiro debate do ciclo, denominado “Três anos de Governo PS: Norte, uma região esquecida”, vai abordar a questão dos cuidados

primários de saúde, contando com um representante do PP da Galiza, que já exerceu funções nesta área quando os populares detinham o Governo Regional.

Na segunda-feira, num novo debate, Miguel Frasquilho e Agostinho Branquinho que analisam o Orçamento de Estado para 2009.

A partir daí, os encontros passam a ter uma periodicidade quinzenal, realizando-se em Novembro um novo debate onde se falará de trabalho e emprego.

Até Março serão ainda debatidos temas como ordenamento do território e transportes, sempre tendo como ponto de análise os resultados práticos da governação socialista no Norte.

Rui Rio crítico severo de Sócrates

O vice-presidente do PSD, Rui Rio, criticou hoje a política “do mais do mesmo” do Governo socialista, sublinhando que com o actual rumo “o país não pode ter esperança”.

“Como é que o País pode acender uma luz ao fundo do túnel, quando o que nos dizem é mais do mesmo?”, questionou Rio, numa reacção à



entrevista do primeiro-ministro, José Sócrates, à TSF e ao Diário de Notícias.

Nessa entrevista, Sócrates defendeu que no actual contexto da crise financeira mundial “há mais razões económicas” para que todas as obras públicas de modernização das infra-estruturas “se façam”, uma vez que “não servirão apenas para melhorar a competitividade do país”.

“No curto prazo, [os investimentos nas obras públicas] servirão para garantir que mais gente tenha emprego

e que as empresas tenham condições para se afirmar na economia”, sublinhou José Sócrates.

Para Rui Rio, esta é uma aposta “errada”, já que “numa altura em que há grande escassez de crédito, esse crédito deveria ser canalizado prioritariamente para a economia e para as pequenas e médias empresas”.

“O primeiro-ministro insiste, com grande ênfase, que quer fazer as grandes obras públicas. Vai fazê-las com crédito, endividando o Estado. Eu faria exactamente o contrário”, garantiu o vice-presidente do PSD.

Defendeu que os investimentos públicos devem ser “muito bem ponderados” e que o Governo, nesta altura, deveria apenas avançar “com aqueles que contribuem para um grande reforço da competitividade da economia”.

“Não somos contra tudo e contra todos. Apenas defendemos que não os podemos fazer todos agora, em força, e secar o crédito”, acrescentou.

Lamentou que o Governo “continue amarrado” à política que tem vindo a seguir, sublinhando que, assim, “o País não pode ter esperança”.

“Ou nós somos capazes de inverter a política, ou o País não vai melhorar” referiu. – Fonte: Lusa

Notícias dos Açores

CPR propõe realização de directas a 2 de Dezembro

A comissão política regional (CPR) do PSD/Açores anunciou hoje que vai propor ao conselho regional social-democrata a realização da eleição directa do líder do partido a 2 de Dezembro.

O secretário-geral do PSD/Açores, Jorge Macedo, acrescentou que a CPR vai ainda propor à mesa do congresso a marcação do conselho regional extraordinário para 1 de Novembro e do congresso regional dos social-democratas para os dias 12, 13 e 14 de Dezembro.

Numa conferência de imprensa em que foram apresentadas as conclusões da reunião da CPR realizada ontem, o dirigente do PSD/Açores referiu que os resultados eleitorais de 19 de Outubro representam “um claro sentimento de fim de ciclo” para o PS.

“Os resultados de 19 de Outubro traduziram um claro sentimento de fim de ciclo de Carlos César e do Partido Socialista. Os açorianos começaram a cansar-se do actual estado de coisas, das suas condições de vida, que não melhoram em circunstâncias especiais”, afirmou.

Jorge Macedo reconheceu os social-democratas não atingiram o seu objectivo, que era ganhar as eleições, mas sublinhou que o PS também “não ganhou como queria”, já que perdeu 15 mil votos e um deputado.

O secretário-geral do partido frisou que “nunca um governo regional dispôs de tanto dinheiro” como o socialista, mas as famílias açorianas “vivem com mais dificuldades”.

O dirigente social-democrata enalteceu, ainda, o “legado incontornável no ideário político do PSD/Açores e da Região” deixado pelo líder demissionário, Costa Neves.



– Gab. Imp. CPR/Açores

PSD/Açores responsabiliza PS pelo veto do Presidente da República ao Estatuto Político-Administrativo

O PSD/Açores responsabilizou o PS pelo veto do Presidente da República ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores, alegando que os socialistas optaram por um “afrontamento desnecessário” a Cavaco Silva.

O vice-presidente dos sociais-democratas açorianos, José Manuel Bolieiro, afirmou à agência Lusa que o PS manteve uma atitude de “afrontamento ao Presidente da República desnecessário” com a

redacção proposta do artigo 114º do diploma (relativo à dissolução da Assembleia Legislativa Regional).

O dirigente social-democrata considerou, ainda, que o PSD apresentou uma proposta de alteração para este artigo, com base na própria Constituição da República Portuguesa, que “tinha resolvido” esta questão.

José Manuel Bolieiro adiantou que recebeu o veto “sem surpresa”, alegando que a “expectativa seria a que o Presidente da República reagisse nestes termos”, perante uma proposta “mal conseguida” por parte do PS.

Segundo o dirigente do PSD/Açores, os socialistas são, assim, responsáveis pelo “atraso na promulgação e na entrada em vigor do Estatuto”, que permite um

“aprofundamento da autonomia”.

Aníbal Cavaco Silva vetou hoje o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, argumentando que o diploma possui duas normas que colocam “em sério risco os equilíbrios político-institucionais”.

“O diploma em causa, ainda que expurgado de inconstitucionalidades de que enfermava, continua a possuir duas normas - as do artigos 114º e do artigo 140º, nº 2 - que colocam em sério risco aqueles equilíbrios político-institucionais, pelo que decidi não o promulgar, em cumprimento do meu mandato como Presidente da República Portuguesa”, refere Cavaco Silva, na mensagem enviada à Assembleia da República. – Fonte: Lusa





ALTER DO CHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Alter do Chão, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Av. Dr. João Pestana, 13, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ansião, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Av. Dr. Vitor Faveiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Eleições Autárquicas 2009

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa, para reunir no próximo dia 7 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Judicie, n.º 3-1º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Assuntos de carácter político local, regional e nacional
- 2 - Outros assuntos

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lourinhã para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 30 de Novembro de 2008, (domingo) pelas 21H30 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições para os órgãos de secção da Lourinhã

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 21H30 e as 23H30

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Nazaré, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua Sub -Vila, Edifício Gameiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Analisar a situação político - partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver, na Secção, relativamente aos procedimentos a adoptar na escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2009, atentos os princípios definidos a nível nacional e distrital;

2 - Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a actividade da Secção.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir, no próximo dia 8 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua da República, 20-1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político - partidária nacional e concelhia
- 3 - Parecer sobre a candidatura à Câmara Municipal de Sesimbra

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela para reunir, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede, sita no Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, 49-2º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 22H00

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 7 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H15 no Auditório Municipal em Ponte de Lima (situado no r/c da Câmara Municipal), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política distrital
- 2 - Eleições autárquicas 2009 - princípios orientadores
- 3 - Aprovação das contas do ano de 2007
- 4 - Plano estratégico e desenvolvimento do PSD no Distrito

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha para reunir, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede, sita na Rua Vasco da Gama n.º 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos políticos da Secção (Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção)

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00



CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital do PSD de Viseu, Rua do INATEL, n.º 55, Cave Esquerda, em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Calendário Eleitoral para os órgãos distritais da JSD de Viseu;
- 3 - Análise da Situação Política;
- 4 - Outros assuntos.

A Mesa do Conselho Distrital da JSD de Viseu

(Telmo Lopes)

Por lapso dos serviços estas convocatórias pertencem ao Povo Livre de 22 de Outubro de 2008.

NÚCLEO DA JSD DE SANTA MARTA DE PORTUZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Núcleo da JSD de Santa Marta de Portuzelo, para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 16h00, na Sede do Núcleo da JSD de Santa Marta de Portuzelo, na Estrada Nacional junto à Escola Secundária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo;
2. Eleição da Mesa da Assembleia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do Núcleo da JSD de Santa Marta de Portuzelo, na Estrada Nacional junto à Escola Secundária respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente de Mesa da JSD da Secção de Viana do Castelo (Jorge Martins)

NÚCLEO DA JSD DE ALVARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Núcleo da JSD de Alvarães, para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 18h00, na Sede do Núcleo da JSD de Alvarães, no Edifício do Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo;
2. Eleição da Mesa da Assembleia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 19h00

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do Núcleo da JSD Alvarães, no Edifício do Sindicato respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente de Mesa da JSD da Secção de Viana do Castelo (Jorge Martins)